



RESOLUÇÃO Nº 034, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2024.

Aprova o Regimento Interno do Programa de Pós-graduação em Processos Socioeducativos e Práticas Escolares (PPEDU).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e considerando:

- o que consta no processo nº 23122.047809/2023-19; e
- o Parecer nº 053, de 06/11/2024, deste mesmo Conselho,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Programa de Pós-graduação em Processos Socioeducativos e Práticas Escolares (PPEDU), conforme consta do Processo nº 23122.047809/2023-19 e anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São João del-Rei, 06 de novembro de 2024.

Prof. MARCELO PEREIRA DE ANDRADE
Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

REGIMENTO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TÍTULO I - Das Finalidades

TÍTULO II – Da Coordenação do Curso

CAPÍTULO I – DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO II – DO COLEGIADO

CAPÍTULO III – DO COORDENADOR E VICE-COORDENADOR

CAPÍTULO IV – DO CORPO DOCENTE

TÍTULO III – Da Admissão ao Curso

CAPÍTULO I – DO NÚMERO DE VAGAS

CAPÍTULO II – DA INSCRIÇÃO E ADMISSÃO AOS CURSOS

CAPÍTULO III - DA MATRÍCULA

**CAPÍTULO IV - DA INSCRIÇÃO COMO DISCENTE ESPECIAL EM
UNIDADES CURRICULARES DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO**

TÍTULO IV - Do Regime Acadêmico

CAPÍTULO I – DO CURRÍCULO

CAPÍTULO II – DO SISTEMA DE CRÉDITOS

CAPÍTULO III – DO RENDIMENTO ESCOLAR

CAPÍTULO IV – DA ORIENTAÇÃO

CAPÍTULO V – DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

CAPÍTULO VI – DA DISSERTAÇÃO

CAPÍTULO VII – DA CONCESSÃO DE GRAU

CAPÍTULO VIII – DAS BOLSAS DE ESTUDO

TÍTULO V – Das Disposições Gerais e Transitórias

TÍTULO I - Das Finalidades

Art. 1. O Programa de Pós-Graduação em Educação (*stricto sensu*) é identificado pela área de concentração em Educação. Os objetivos são: 1) contribuir para a consolidação de grupos de pesquisa qualificados já existentes na Instituição e que dêem condições para as outras duas diretrizes; 2) aprimorar a formação dos docentes que atuam na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e Médio; 3) formar profissionais qualificados para o magistério superior, em virtude da demanda crescente de Instituições do Ensino Superior no país. O presente Regimento constitui-se, em conjunto com o Regulamento Geral da Pós-Graduação da UFSJ e demais dispositivos legais, no documento que regulamenta o curso.

Parágrafo único: O Programa tem o intuito de promover um aprofundamento do conhecimento acadêmico e/ou profissional do discente, concretizado por intermédio do desenvolvimento da habilidade de sistematização crítica da literatura relacionada com o seu objeto de estudo e da capacidade de planejamento, execução e avaliação dos métodos e instrumentos de investigação científica.

TÍTULO II - Da Coordenação do Curso

CAPÍTULO I - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2. A Coordenadoria do Programa é o órgão administrativo do Programa, sendo composta por coordenador e vice-coordenador, os quais são os responsáveis pela execução das diretrizes e deliberações propostas pelo Colegiado.

Parágrafo Único. A administração conta com uma Secretaria Acadêmica, diretamente subordinada à coordenadoria do Programa.

CAPÍTULO II – DO COLEGIADO

Art. 3. O Colegiado do Curso, órgão normativo, consultivo e deliberativo, é constituído pelo Coordenador, que o preside, pelo vice-coordenador e por três docentes do Curso, sendo um suplente; por dois representantes dos discentes do Curso, sendo um suplente.

§ 1º A escolha do coordenador e do vice-coordenador será realizada por eleição direta dos segmentos docentes e discentes, disciplinado pelas normas e regulamentos vigentes.

§ 2º Professores membros do Colegiado são escolhidos pelo Corpo Docente do Curso por eleição direta, sendo considerados eleitos os candidatos que alcançarem a maioria simples dos votos, resguardada a participação de pelo menos um docente de cada linha de pesquisa.

§ 3º Os representantes dos alunos são escolhidos pelos seus pares, por eleição direta, sendo considerados eleitos os candidatos que alcançarem a maioria simples dos votos.

Art. 4. Os mandatos dos membros do Colegiado têm a duração de dois anos para

os membros docentes, permitida uma recondução de até dois anos; e de um ano para o membro discente, permitida uma recondução.

Art. 5. São atribuições do Colegiado do Curso:

- I. aprovar os programas das unidades curriculares;
- II. definir ou alterar o elenco de unidades curriculares obrigatórias de cada linha de pesquisa existente ou que venha a ser criada no curso;
- III. propor aos chefes de Departamento as medidas necessárias ao bom andamento do Curso;
- IV. estabelecer os critérios para o credenciamento e credenciamento docente considerando a previsão de exigências em conformidade com os indicadores da Capes, que fundamentam a avaliação do Programa na área de Educação;
- V. aprovar a participação de pesquisadores externos em atividades acadêmicas no Curso;
- VI. homologar a comissão examinadora para exame de qualificação e defesa da dissertação de mestrado;
- VII. acompanhar as atividades do Curso;
- VIII. deliberar sobre os processos de seleção de candidatos ao Curso de Mestrado;
- IX. decidir as questões referentes à matrícula, rematrícula, reopção e dispensa de unidade curricular, transferência e aproveitamento de créditos, trancamento parcial ou total de matrícula, prorrogação de prazos, bem como a representações e recursos que lhe forem dirigidos;
- X. estabelecer critérios para alocação de bolsas e acompanhamento dos trabalhos dos bolsistas;
- XI. estabelecer procedimentos que assegurem ao aluno efetiva orientação acadêmica;
- XII. registrar e avaliar o estágio de docência, bem como a definição quanto à supervisão e ao acompanhamento do estágio;
- XIII. aprovar o planejamento orçamentário do Curso e estabelecer critérios para alocação de recursos;
- XIV. julgar a solicitação relativa à prorrogação dos prazos de conclusão, bem como sua eventual renovação, mediante a apresentação de requerimento fundamentado com manifestação do orientador;
- XV. exercer outras atribuições estabelecidas neste Regimento.

Art. 6. O Colegiado se reúne, ordinariamente, uma vez por mês.

Parágrafo Único. Reuniões extraordinárias podem ser convocadas por iniciativa do coordenador ou mediante pedido de pelo menos 1/3 de seus membros.

Art. 7. As reuniões funcionam, com no mínimo, 2/3 dos membros do Colegiado, e as decisões são tomadas por maioria simples de votos. Em caso de empate, considera-se como voto de minerva o voto do presidente do colegiado.

CAPÍTULO III – DO COORDENADOR E DO VICE-COORDENADOR

Art. 8. O Coordenador do Curso tem mandato de dois anos, permitida a recondução.

Art. 9. O Vice-Coordenador do Curso tem mandato de dois anos, permitida a recondução.

Parágrafo Único. O Vice-Coordenador substituirá o coordenador em suas ausências e impedimentos.

Art. 10. Compete ao coordenador:

- I. coordenar a execução do curso de pós-graduação, propondo aos departamentos as medidas necessárias ao seu bom andamento;
- II. executar as deliberações do Colegiado;
- III. nas reuniões do Colegiado exercer, além do voto comum, o voto de qualidade em caso de empate;
- IV. encaminhar, para apreciação do Colegiado, o planejamento, o relatório, e o orçamento anuais do Curso;
- V. convocar e presidir as reuniões do curso;
- VI. elaborar o plano anual de atividades do Colegiado e da Coordenadoria do curso, com a respectiva proposta orçamentária;
- VII. designar comissões de trabalho;
- VIII. supervisionar o funcionamento da Secretaria do Programa.

CAPÍTULO IV - DO CORPO DOCENTE

Art. 11. O Corpo Docente do Curso é constituído prioritariamente por docentes da UFSJ credenciados pelo colegiado de curso.

Parágrafo Único. Docentes e/ou pesquisadores de outras instituições podem integrar o corpo docente do curso, a critério do colegiado.

Art. 12. O credenciamento de professores no corpo docente se dá por observância da existência, no período anterior, de produtividade científica em termos de trabalhos publicados e de orientações de teses, dissertações ou projetos de Iniciação Científica, segundo critérios definidos pelo Colegiado de Curso.

Art. 13. O credenciamento terá validade pelo período de quatro anos, findo o qual deverá ser renovado segundo os mesmos critérios dispostos no art. 12 deste Regimento.

Art. 14. É assegurada ao docente a autonomia didática, nos termos da legislação vigente.

Art. 15. São atribuições do corpo docente do PPEDU:

- I. elaborar o programa das unidades curriculares sob sua responsabilidade, de acordo com o ementário do Curso;
- II. oferecer unidade curricular no mínimo uma vez no quadriênio e ministrar aulas;
- III. acompanhar e avaliar o desempenho dos alunos na respectiva unidade curricular;
- IV. encaminhar os resultados dos alunos para a Secretaria do Curso, respeitando o calendário do Curso;

- V. exercer funções de orientação de pesquisas no Programa;
- VI. participar e/ou coordenar seminários e grupos de pesquisa;
- VII. fazer parte de bancas examinadoras;
- VIII. participar das reuniões ampliadas do Programa;
- IX. manter produção intelectual, segundo os parâmetros de avaliação da área de Educação, compatível com as determinações das normas de credenciamento do Programa; e manter o Currículo Lattes atualizado.
- X. desempenhar demais atividades que possam beneficiar o curso.

Art. 16. É permitido o credenciamento de docente da UFSJ como professor colaborador na proporção de 1/3 dos professores do quadro permanente, segundo critérios definidos por resolução do colegiado.

§ 1º. O tempo de permanência nesta categoria é de até dois anos, findo o qual o professor colaborador poderá requerer seu credenciamento como permanente atendendo os critérios estabelecidos.

§ 2º. O professor colaborador poderá oferecer unidade curricular optativa e orientar um discente a cada entrada, mediante aprovação do colegiado.

TÍTULO III - Da Admissão ao Curso

CAPÍTULO I – DO NÚMERO DE VAGAS

Art. 17. O número de vagas do Curso é proposto pelo coordenador e aprovado pelo Colegiado.

Art. 18. Para o estabelecimento do número de vagas, devem ser considerados os seguintes critérios:

- I. capacidade de orientação do Curso, comprovada através da existência de orientadores com disponibilidade de tempo;
- II. projetos de pesquisa;
- III. capacidade das instalações;
- IV. capacidade financeira;
- V. fluxo de entrada e saída de alunos.

CAPÍTULO II – DO PROCESSO SELETIVO

Art. 19. Para inscrever-se no processo seletivo, o candidato deve inserir no sistema controle acadêmico vigente os seguintes documentos:

- I. comprovante da taxa de inscrição em conformidade com as normas internas e legislação vigentes, observadas as hipóteses de isenção de inscrição;
- II. cópia de documentos de identificação;
- III. histórico escolar de graduação;
- IV. cópia do diploma de graduação ou comprovante de conclusão de curso;
- V. pré-projeto, conforme normas estabelecidas no Edital;
- VI. currículo Lattes atualizado, dos últimos 5 anos, com documentos comprobatórios.

Art. 20. Para ser admitido como aluno regular do Mestrado, o candidato deve

satisfazer às exigências, estabelecidas em Edital específico aprovado pelo colegiado.

CAPÍTULO III - DA MATRÍCULA

Art. 21. É de responsabilidade do discente admitido requerer matrícula nas unidades curriculares de seu interesse no sistema de controle acadêmico, dentro do prazo estabelecido no calendário escolar e com anuência do orientador ou do coordenador do Curso.

Art. 22. O trancamento geral de matrícula é solicitado junto à Secretaria do Curso e deve ser aprovado pelo Colegiado, segundo o disposto nos arts. 23 e 24 e seus parágrafos do Regimento do Programa de Pós-Graduação em Educação.

Art. 23. O trancamento de unidade curricular é solicitado junto à Secretaria do Curso e deve ter a anuência do orientador.

Parágrafo Único. O período correspondente ao trancamento de matrícula é computado no prazo de conclusão do curso.

Art. 24. O cancelamento de inscrição em unidade curricular pode ser feito, no período definido no calendário escolar da Pós-Graduação, por solicitação do discente junto à Secretaria do curso, mediante aprovação do orientador.

Art. 25. O acréscimo de unidade curricular à inscrição do período pode ser feito, por solicitação do discente junto à Secretaria do curso, mediante aprovação do orientador, dentro do limite de vagas estabelecido por essa, no período definido no calendário escolar da Pós- Graduação.

Art. 26. É considerado desistente, com consequente abertura de vaga, o aluno que deixar de se inscrever em unidades curriculares oferecidas pelo curso em um período.

Art. 27. É facultado aos discentes regularmente matriculados no Programa cursar unidades curriculares em outros cursos de pós-graduação *stricto sensu*, com anuência do orientador e o aproveitamento dos créditos está sujeito à aprovação do colegiado.

Art. 28. É facultado aos discentes regularmente matriculados em outros cursos de pós- graduação *stricto sensu* da UFSJ ou de entidades congêneres cursar unidades curriculares do curso, condicionado à existência de vagas.

Parágrafo único. O período para essa inscrição é fixado no calendário escolar da Pós- Graduação.

CAPÍTULO IV - DA INSCRIÇÃO COMO DISCENTE ESPECIAL EM UNIDADES CURRICULARES DO PROGRAMA

Art. 29. O curso pode aceitar em cada período letivo, quando da ocorrência de vagas não ocupadas pelos discentes do Curso, a inscrição especial de discentes graduados ou graduandos, sem implicar na obtenção de título.

Art. 30. O candidato deve fazer o pedido de inscrição na unidade curricular pretendida, mediante edital específico, na data prevista pelo calendário escolar da Pós-Graduação.

§ 1º A solicitação deve ser feita em formulário padrão, mediante apresentação dos documentos solicitados.

§ 2º A efetivação da inscrição depende de parecer favorável do Colegiado do Curso após anuência do docente responsável pela unidade curricular.

Art. 31. Atendendo ao pedido do discente, a Secretaria da Pós-Graduação emite declaração que especifique o aproveitamento deste na(s) unidade(s) curricular(es).

TÍTULO IV - Do Regime Acadêmico CAPÍTULO I - DO CURRÍCULO

Art. 32. O curso de mestrado tem duração mínima de 12 meses e máxima de 24 meses contados a partir da data da matrícula inicial.

Parágrafo único. O prazo máximo estabelecido neste artigo pode ser prorrogado por recomendação justificada do orientador, por, no máximo, seis meses, e este prazo renovado, por no máximo, seis meses, com nova recomendação justificada do orientador, com aprovação do respectivo Colegiado do curso.

Art. 33. As unidades curriculares do Curso são oferecidas em períodos letivos semestrais.

Art. 34. A estrutura curricular do Curso é constituída de unidades curriculares Obrigatórias e Optativas; Atividades Orientadas de Pesquisa e Seminários de Pesquisa.

§ 1º Unidades curriculares Obrigatórias são unidades curriculares básicas que o aluno deve cursar obrigatoriamente no curso.

§ 2º Unidades curriculares optativas estão relacionadas às especificidades das pesquisas dos orientadores e orientandos.

§ 3º Atividades Orientadas de Pesquisa correspondem aos processos de orientação desenvolvidos a cada semestre ao longo do curso.

§ 4º Os Seminários de Pesquisa são atividades exercidas pelos discentes no programa, às quais, a critério do Colegiado de Curso, poderão ser atribuídos até o limite máximo de 4 (quatro) créditos. Os Seminários não substituem unidades curriculares obrigatórias ou atividades orientadas de pesquisa, mas podem substituir pelo menos uma unidade curricular optativa de 2 (dois) créditos, mediante comprovação de carga horária equivalente.

Art. 35. O discente deve cursar um mínimo de 270 horas/aula, correspondendo a dezoito créditos, constituídos de duas unidades curriculares obrigatórias, totalizando oito

créditos; três unidades curriculares optativas ou duas unidades optativas e participação em Seminários de Pesquisa, totalizando seis créditos, e quatro unidades curriculares de atividades orientadas de pesquisa totalizando quatro créditos.

Parágrafo único. Conforme resolução CONEP nº037, de 11 de outubro de 2023, o estágio docência é parte integrante da formação do pós-graduando, objetivando a preparação para o exercício da docência e a qualificação para o ensino de graduação. O estágio docência é obrigatório para discentes bolsistas e não bolsistas e deverá conter a carga horária mínima de sessenta horas.

CAPÍTULO II - DO SISTEMA DE CRÉDITOS

Art. 36. Cada unidade curricular tem um valor expresso em créditos, correspondendo cada crédito a quinze horas.

Art. 37. As unidades curriculares isoladas cursadas em Programas de Pós-Graduação (*stricto sensu*) fora da UFSJ ou em outros Programas da UFSJ podem ser aproveitadas, a juízo do Colegiado do curso e com anuência do orientador.

Parágrafo único. As unidades curriculares, em questão, poderão ser convalidadas até o limite de duas unidades curriculares optativas, com mínimo de 30 horas/aula (2 créditos) cada.

Art. 38. Nenhum candidato será admitido à defesa de dissertação antes de obter os créditos exigidos e de atender às exigências previstas neste Regimento.

Parágrafo único. O período para essa inscrição nas Unidades Curriculares é fixado no calendário escolar da Pós-Graduação.

CAPÍTULO III - DO RENDIMENTO ESCOLAR

Art. 39. A verificação do rendimento escolar é feita por unidade curricular, compreendendo frequência e aproveitamento.

Art. 40. Para a aprovação, é obrigatória, em cada unidade curricular, a frequência mínima de 75%.

Art. 41. O aproveitamento do discente, em cada unidade curricular, é expresso por pontos, numa escala de zero a dez, sendo considerado aprovado o discente que obtiver, no mínimo, seis pontos.

CAPÍTULO IV - DA ORIENTAÇÃO

Art. 42. Todo aluno admitido no Curso tem, a partir de sua data de admissão, um orientador.

Parágrafo Único. Tanto o discente quanto o orientador, poderão com

requerimento fundamentado e dirigido ao Colegiado, solicitar mudança de vínculo de orientação, em até 12 meses da matrícula no Programa, cabendo ao requerente apresentar novo orientador. Tal mudança dependerá da aprovação do Colegiado. Nenhum discente nessa situação poderá permanecer matriculado sem assistência de um orientador por mais de 30 dias.

Art. 43. Ao orientador compete:

- I. elaborar o plano de estudos juntamente com o orientando;
- II. orientá-lo em suas atividades acadêmicas;
- III. acompanhar o discente no preparo e na elaboração da dissertação;
- IV. indicar ao Colegiado do Curso o nome de um co-orientador para aprovação do Colegiado, quando for o caso;
- V. encaminhar a dissertação à Secretaria para as providências necessárias à defesa;
- VI. presidir o exame de qualificação e a defesa de dissertação;
- VII. participar de evento acadêmico com o orientando, de preferência com publicação (pôster/comunicação oral);
- VIII. exercer as demais funções inerentes às atividades de orientação

CAPÍTULO V - DO EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Art. 44. O candidato a título de mestre deve submeter-se a um exame de qualificação até o final do terceiro semestre do curso. A composição e realização da banca do exame de qualificação são definidas pelo orientador e aprovadas pelo colegiado.

§1º. O prazo máximo estabelecido neste artigo pode ser prorrogado por no máximo seis meses, mediante apresentação de um texto da pesquisa e de solicitação do orientador, com aprovação do Colegiado do curso.

§2º. Somente poderá solicitar o exame de qualificação o aluno que tenha cumprido 75% dos créditos.

§3º. O candidato reprovado no exame de qualificação pode submeter-se a um novo exame, com aprovação do colegiado, por solicitação do orientador;

§4º. O candidato reprovado no segundo exame de qualificação não tem direito a nova oportunidade.

Art. 45. A Banca Examinadora de qualificação é composta pelo orientador e pelo menos mais três membros portadores do grau de Doutor, sendo obrigatoriamente um membro interno ao Programa, um externo sem vínculo formal com a UFSJ e um suplente.

§ 1º A composição da banca examinadora de qualificação é encaminhada pelo coordenador para homologação do Colegiado.

§ 2º A critério do orientador, a banca examinadora de qualificação poderá contar também com mais um membro convidado, desde que tenha o título de Doutor e esteja vinculado a um Programa de Pós-graduação *stricto sensu*.

Art. 46. Ao discente reprovado no exame de qualificação é concedida apenas uma nova oportunidade, desde que observadas as seguintes condições:

§ 1º O decurso temporal máximo de três meses entre os exames;

§ 2º A determinação da data para realização da nova oportunidade de

qualificação, respeitada a exigência do inciso anterior, não deve implicar no prazo máximo para integralização do curso, considerando-se as prorrogações eventuais;

§ 3º O discente procederá à incorporação das sugestões e diretrizes da banca em sua nova versão do trabalho.

CAPÍTULO VI – DA DISSERTAÇÃO

Art. 47. O orientador deve requerer ao coordenador, via Secretaria do Programa, as providências necessárias à defesa de dissertação.

Art. 48. A defesa da dissertação deve realizar-se em até trinta dias após ter sido requerida.

Art. 49. Compete ao discente encaminhar, com antecedência de, no mínimo 3 semanas, o texto da dissertação para todos os membros da banca examinadora, incluindo o suplente, e uma cópia digital idêntica para a Secretaria do Programa.

Art. 50. O formato da dissertação deve estar de acordo com as normas estabelecidas por resolução do colegiado do curso.

Art. 51. Para obtenção do título de mestre, é exigida a defesa pública da dissertação.

§1º. A aprovação da dissertação confere a titulação ao candidato;

§2º. A obtenção do diploma está condicionada a aprovação e cumprimento de todas as exigências estabelecidas pela banca examinadora, homologação pelo coordenador e trâmites institucionais para a expedição do diploma.

Art. 52. A Banca Examinadora é composta pelo orientador e pelo menos mais três membros portadores do grau de Doutor, sendo obrigatoriamente um membro interno ao Programa, um externo sem vínculo formal com a UFSJ e um suplente.

§ 1º A composição da banca examinadora é encaminhada pelo coordenador para homologação do Colegiado.

§ 2º A critério do orientador, a banca examinadora poderá contar também com mais um membro convidado, desde que tenha o título de Doutor e esteja vinculado a um Programa de Pós-graduação *stricto sensu*.

Art. 53. Os membros da banca examinadora devem expressar seu julgamento por meio de uma ata lavrada e tornada pública imediatamente após a defesa da dissertação.

§ 1º É considerado aprovado na defesa de dissertação o candidato que obtiver a aprovação unânime da banca examinadora.

§ 2º No caso de insucesso da defesa de dissertação, o candidato pode submeter-se a nova defesa desde que observadas as seguintes condições: O decurso temporal máximo de três meses entre os exames. A determinação da data para realização da nova oportunidade de defesa de dissertação, respeitada a exigência do inciso anterior, não deve implicar no prazo máximo para integralização do curso, considerando-se as prorrogações eventuais. O discente procederá à incorporação das sugestões e diretrizes da banca em sua nova versão do Trabalho de Conclusão de Curso. O discente reprovado na segunda defesa não tem direito à nova oportunidade.

Art. 54. Aprovada a dissertação, o aluno deverá inserir no sistema SIGAA, no prazo máximo de até sessenta dias, uma cópia da versão digital definitiva do trabalho de dissertação, em pdf, devidamente corrigida. Cabe ao orientador realizar a aprovação da versão final no sistema SIGAA expressando estar de acordo com o trabalho que está sendo entregue. A versão definitiva do trabalho de conclusão será incorporada ao repositório da UFSJ, destinado ao arquivamento desses trabalhos, na página do PPEDU.

Art. 55. A Ata da Defesa só poderá ser entregue ao aluno após o depósito da versão definitiva no SIGAA.

CAPÍTULO VII - DA CONCESSÃO DE GRAUS

Art. 56. Para a obtenção do título de mestre, o aluno deve preencher os seguintes requisitos:

- I. Cumprir todas as exigências regulamentares da instituição;
- II. Completar em unidades curriculares de pós-graduação, o número mínimo de dezoito créditos, de acordo com o exposto neste Regimento;
- III. Ser aprovado na defesa da dissertação.
- IV. Comprovar a submissão de artigo para publicação em periódico com avaliação A1, A2, A3, A4, B1 ou B2 pelo Qualis da CAPES, na área de educação. A submissão deve ser feita em até dezoito meses após a matrícula no Programa.
- V. Comprovação de cumprimento das obrigações com a Biblioteca da UFSJ.

CAPÍTULO VIII - DAS BOLSAS DE ESTUDO

Art. 57. A comissão de bolsa distribuirá as quotas disponíveis, considerando bolsas de estudo novas e renovações.

Parágrafo Único. As bolsas novas são distribuídas segundo critério classificatório definido pelo Colegiado de Curso.

Art. 58. As bolsas de estudo têm a duração máxima estabelecida pelos órgãos financiadores, podendo ser interrompidas a critério do Colegiado do Curso.

Art. 59. Os alunos bolsistas deverão obrigatoriamente cumprir estágio de docência na graduação, participar de comissões, eventos com publicação, do grupo de pesquisa do seu orientador e não ser reprovado em disciplina obrigatória e atividades orientadas.

Parágrafo Único. O relatório de estágio de docência deverá ser entregue na secretaria, com assinatura do orientador até a primeira semana de cada semestre subsequente.

TÍTULO V - Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 60. Os casos omissos são julgados pelo Colegiado de Curso, com direito a recurso ao Colegiado Geral de Pós-Graduação *stricto sensu* e, depois, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONEP.